






PERFIL DESEJADO - A INVENÇÃO DA PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS (1976-1980)

Desired profile - The Invention of the Childhood Education Teacher of the Municipal Network of Education of Florianópolis (1976-1980)

Patrícia Regina Silveira de **SÁ**
NEIM Monsenhor Frederico Hobold
Rede Municipal de Ensino de Florianópolis
Florianópolis, Brasil
patricia.sabrant@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-1465-4198> 

Gladys Mary Ghizoni **TEIVE**
Departamento de Pedagogia
Universidade do Estado de Santa Catarina
Florianópolis, Brasil
gladysteive@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1599-1543> 

Mais informações da obra no final do artigo 

RESUMO

O presente trabalho decorre de pesquisa de mestrado. Em 1976, o Programa Educação Pré-Escolar no Município de Florianópolis deu origem ao atendimento de crianças de classes populares, no contexto do Programa Nacional de Educação Pré-Escolar, anunciado em 1975, pelo Ministério da Educação e Cultura. A proposta florianopolitana inspirava-se nas recomendações nacionais, ao tempo em que diferia em alguns pontos. Como aporte teórico e metodológico, valeu-se da Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough, que entende o discurso como texto, como prática discursiva e prática política. A invenção da professora se deu por uma apropriação *sui generis* ao consubstanciar: a) recomendações nacionais; b) reverberações de um colégio particular, confessional-católico e seu Curso Técnico Materno-Infantil; c) ideias de Heloísa Marinho, professora e pesquisadora do Rio de Janeiro; d) cursos da Organização Mundial de Educação Pré-Escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação infantil. Perfil docente. Rede pública. Santa Catarina.

ABSTRACT

The present work stems from a master's research. In 1976, the Pre-School Education Program in the Municipality of Florianópolis gave rise to the care of children from lower classes, within the context of the National Program for Pre-School Education, announced in 1975 by the Ministry of Education and Culture. The florianopolitan proposal was inspired by national recommendations, while it differed in some points. As a theoretical contribution, through Norman Fairclough's Critical Discourse Analysis, which understands discourse as text, as discursive and political practice. The invention of this teacher was due to a *sui generis* appropriation when substantiating: a) national recommendations; b) the reverberations of a private, confessional-Catholic school and its Mother-Child Technical Course; c) the ideas of Heloísa Marinho, teacher and researcher from Rio de Janeiro; d) the courses of the World Organization for Pre-school Education.

KEYWORDS: Early childhood education. Teacher profile. Public network. Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

Podemos dizer que a década de 1970 representou um marco balizador na educação das crianças de zero a seis anos no Brasil, período que influenciou nas mobilizações e deliberações legais relativas à educação infantil nas décadas seguintes, culminando com as conquistas alcançadas pela Constituição Federal de 1988 e pela LDB de 1996.¹ Acreditamos ter sido nesse período que as discussões sobre políticas públicas específicas para este segmento se intensificaram em meio a movimentos da sociedade civil, deflagrados por grandes mudanças no contexto político e social brasileiro que reivindicavam o atendimento de crianças em creches e pré-escolas antes do ingresso na escola.² Neste sentido, assistiu-se ao comprometimento do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e do Conselho Federal de Educação (CFE) nas discussões acerca da educação das crianças pequenas junto às demais instâncias federais, como o Ministério da Saúde e o da Previdência e Assistência Social, até então prioritariamente envolvidos (BRANT, 2013).

Em 1975, durante o regime da ditadura civil-militar instaurado desde o golpe de 1964 e de lutas sociais, o governo federal lançou as bases de um *Programa Nacional de Educação Pré-Escolar*, cujas metas incluíam seu desdobramento na esfera estadual e na municipal, tendo como mote o baixo custo³ e, em decorrência, o voluntariado, incluindo a participação da família, em especial, das mães. As discussões acerca da educação das crianças pequenas nessa década, e, em especial, as de quatro a seis anos, tomaram proporções de urgência nacional. Em 1974, um ano antes da deflagração desse programa, o discurso em prol do atendimento das crianças nesta faixa etária ganhou força no Conselho Federal de Educação (CFE) que, inicialmente, pela Indicação nº 45/74, delegou aos sistemas de ensino, independentemente da prioridade sobre a obrigatoriedade do ensino de 1º grau, a busca por soluções para a efetiva ampliação de vagas na pré-escola destinadas à população infantil das classes populares. Um mês

¹Inclusão da educação infantil no sistema de ensino como etapa inicial da educação básica e reconhecimento da/o professora/o como profissional a ela destinado/a, com implicações em sua formação.

² Intensifica-se, no meio urbano, a inserção das mulheres no mercado de trabalho, em função do arrocho salarial deflagrado em 1967, e consequentes necessidades econômicas, ao tempo em que se expandiam as oportunidades de emprego por conta do período identificado como milagre brasileiro (1968-1972). Vieram à tona a mobilização dos movimentos sociais urbanos, por meio dos quais surgiram as reivindicações por creches (CAMPOS, 1985; ROSEMBERG, 1989; GOHN, 1992).

³ As soluções de baixo custo para atendimento à criança pré-escolar, apontadas pelos organismos internacionais, ganharam força por ocasião da grande expansão da pré-escola vislumbrada pelo governo federal, reaparecendo fortemente o modelo de educação compensatória (CAMPOS, 1985; ROSEMBERG, 1992, KRAMER, 2001).

após, o Parecer nº 2.018/74⁴ recomendou algumas ações, a saber: estudos na busca por novas fontes de recursos financeiros adicionais aos que se destinavam ao ensino de 1º grau para efeito de subvenção da educação pré-escolar; articulação do CFE com os conselhos estaduais para o estudo das questões da educação pré-escolar; implantação de programas em nível nacional para atendimento de crianças de classes populares (BRASIL, 1979).

Frente aos considerados altos índices de repetência e de evasão escolar nas primeiras séries, o *Programa Nacional de Educação Pré-Escolar* adotou a concepção de educação compensatória, que consistia em preparar as crianças para o ingresso no ensino de 1º grau. Dentre suas orientações constava também uma ampla participação da comunidade, seja pela cessão de espaços e uso de material de sucata, seja pelo trabalho voluntário. Estas foram algumas marcas discursivas da *grande cruzada*⁵ proposta para a crise educacional brasileira, tendo como protagonistas as crianças em idade pré-escolar. Nessa conjuntura, a pré-escola tomou proporções de urgência nacional. O governo federal lançou as bases de um programa de baixo custo, propondo-se garantir atendimento à população infantil das classes populares em larga escala. Tal proposta se deu pela associação entre organismos intergovernamentais e o governo militar,⁶ por meio do qual a estratégia de participação da comunidade – em especial, na forma de voluntariado –, para baixar as tensões decorrentes desse regime, o que conferiu à educação pré-escolar um caráter preventivo no discurso da segurança nacional (ROSEMBERG, 1992, 2002).

Até então, as ações governamentais em prol da educação das crianças desse segmento etário estavam sob a tutela do Ministério da Previdência e Assistência Social e do Ministério da Saúde, quando, a partir da segunda metade da década de 1970, o Ministério da Educação e Cultura entrou em cena.⁷ Esta ação conjunta se justificava por se pretender uma educação integral no sentido de atender à criança nos aspectos de educação, saúde e nutrição, pensando em seu desenvolvimento global. Uma das primeiras medidas do MEC foi a criação de uma Coordenação de Educação Pré-

⁴ A Indicação nº 45/74 foi assinada em 4 de junho de 1974; o Parecer nº 2.018/74, em 5 de julho de 1974 (BRASIL, 1979).

⁵ Termo encontrado em normativas do Conselho Federal de Educação.

⁶ Apesar de as origens desse modelo serem datadas da década de 1960, sua efetivação só veio a ocorrer nos anos finais da década de 1970, no quarto governo militar, sob a égide de um plano federal de assistência social em consonância com a Doutrina Brasileira de Segurança Nacional (ROSEMBERG, 1992).

⁷ Contudo, Rosemberg (1992) lembra que o MEC só assumiu concretamente a expansão da educação pré-escolar no Brasil na década de 1980, com a entrada do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), pois a Legião Brasileira de Assistência (LBA), ligada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, teria assumido essa frente anteriormente.

escolar (Coepre) junto ao Departamento de Ensino Fundamental (DEF), tendo Vital Didonet⁸ à frente. Deu-se início a uma série de estudos que culminaram em publicações, as quais, além de anunciar a urgência de um programa nacional para a educação das crianças de classes populares em idade pré-escolar, evidenciavam recomendações e orientações para a sua viabilização.⁹

Na capital do estado de Santa Catarina, no ano seguinte à deflagração do *Programa Nacional de Educação Pré-Escolar*, foi implantado pela Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social (Sesas), o *Projeto Núcleos de Educação Infantil*, que se constituiu no documento norteador do *Programa Educação Pré-Escolar no Município de Florianópolis*, com a inauguração, em 1976, do primeiro núcleo de educação infantil – NEI Coloninha –, atendendo inicialmente a 96 crianças de quatro a seis anos (OSTETTO, 2000). Não obstante as deliberações nacionais, observamos importantes diferenças entre os dois programas, sobretudo no que diz respeito à participação de famílias no voluntariado, visto que, na implantação do programa em Florianópolis, desde o início foram contratadas professoras, e ainda com o diferencial de serem habilitadas para a pré-escola.

Interessou-nos saber a respeito das primeiras professoras nesse contexto de implantação das primeiras unidades de educação infantil pública na capital catarinense, para identificar, neste início, o perfil então desejado. Acreditamos que a partir dele se possa falar sobre a *'invenção da professora de educação infantil'* na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RME). Invenção no sentido dado por Dussel e Caruso (2003, p. 17) que partem do princípio de que as definições sobre um bom professor e sobre os modos de ensinar são saberes históricos “produzidos por indivíduos sociais, por pensadores, grupos, instituições que atuaram em outros contextos”. Portanto, o termo *invenção*, aplicado à professora,¹⁰ é aqui utilizado no sentido de compreender como esse perfil foi pensado por determinados sujeitos e instituições, no âmbito das

⁸ O professor Didonet foi figura central na discussão e implantação do *Programa Nacional de Educação Pré-Escolar* e na elaboração dos documentos publicados pelo MEC na década de 1970, como constatado no *corpus documental* desta pesquisa.

⁹ Inicialmente, o MEC realizou um levantamento do contexto da educação pré-escolar em curso no Brasil, que resultou na publicação do documento *Diagnóstico Preliminar da Educação Pré-Escolar no Brasil* (BRASIL, 1975a), seguido de seminários e encontros de estudos que culminaram em outra publicação, também do MEC, de caráter orientador, sobre a educação pré-escolar a ser desenvolvida em nível nacional. Trata-se do documento *Educação Pré-Escolar – uma nova perspectiva Nacional* (BRASIL, 1975b).

¹⁰ Ao se tratar da implantação da educação infantil pública em Florianópolis referimo-nos à professora, pois, nos seus anos iniciais, somente mulheres foram contratadas. Nos documentos oficiais da década de 1970, contudo, como lembra Louro (2000), era comum o uso do masculino generalizador, embora mulheres fossem as responsáveis pela educação de crianças nesta faixa etária.

discussões e/ou deliberações oficiais sobre a expansão da pré-escola no Brasil na década de 1970.

FIOS NA TESSITURA DE UM PERFIL DE PROFESSORA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA EM FLORIANÓPOLIS

Partindo da análise do *Projeto Núcleos de Educação Infantil* (Sesas, 1976), identificamos, nessa proposta, o primeiro documento curricular da educação infantil da RME, considerado como determinante histórico por ter lançado as bases desse nível de educação e por haver norteado a prática pedagógica das primeiras professoras nas primeiras instituições a partir de uma programação curricular que viria a influenciar o perfil desejado de professora. Entendemos, neste sentido, que o currículo, numa prática de significação, produção de sentidos e significados muito particulares, constitua, como discurso, uma prática sobremaneira produtiva. Assim entendido, tal como defende Silva (1999), é espaço de produção, criação, significado e relação social.

Ao *Projeto Núcleos de Educação Infantil* (Sesas, 1976), juntaram-se outros documentos, em especial os certificados dos cursos promovidos pela Organização Mundial Para Educação Pré-Escolar (Omepe),¹¹ o livro *Vida e Educação no Jardim de Infância*, de Heloísa Marinho (1967) e as seguintes publicações do MEC: *Diagnóstico Preliminar da Educação Pré-Escolar no Brasil* (BRASIL, 1975a); *Educação Pré-Escolar – uma nova perspectiva Nacional* (BRASIL, 1975b); *Atendimento ao Pré-Escolar* (BRASIL, 1982)¹² e *Legislação e Normas da Educação Pré-Escolar* (BRASIL, 1979), que compila, entre outros documentos, as normativas do Conselho Federal de Educação (CFE).

O *corpus documental* foi analisado como texto, portador de um discurso e de múltiplas significações. É através dele que buscamos vestígios capazes de possibilitar o desentranhamento do perfil desejado e a *invenção da professora* nos primeiros anos da educação infantil da Rede Municipal de Educação de Florianópolis, na década de 1970. A partir da investigação dessas fontes, encontramos os primeiros indícios de uma retórica discursiva sobre a professora pré-escolar que circulava da esfera nacional à

¹¹ A Omepe, organização internacional não-governamental, foi fundada em 1948 por educadores da Europa no contexto da situação das crianças após a Segunda Guerra Mundial, vindo a assumir ações afirmativas a promoção de estudos no segmento da educação pré-escolar (FERREIRA & PERIM, 2003).

¹² A primeira edição é de 1977. Localizamos a edição de 1982.

municipal. Às fontes documentais¹³ juntaram-se fontes orais, a partir de entrevistas¹⁴ realizadas com alguns dos protagonistas do início da educação infantil da RME, o que possibilitou descortinar outras histórias a partir da história já escrita ou já vivida, dado que entrevistas “sempre revelam eventos desconhecidos ou alguns aspectos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas” (PORTELLI, 1997, p. 31). Não no sentido de preencher lacunas, pois a singularidade da história oral e a característica da oralidade, enquanto documento, não consistem “no ineditismo de alguma informação [...] de que se ressentem os arquivos de documentos escritos” e, sim, na peculiaridade da história oral e suas configurações socioculturais que permitem recuperar o vivido de acordo com quem viveu (ALBERTI, 2004, p. 16). As entrevistas possibilitaram observar também as marcas discursivas referentes ao perfil desejado na contratação das primeiras professoras, reportando à época em questão.

Entendemos, sobretudo, que a tessitura desse perfil ideal de professora se dê, de acordo com os documentos analisados, pelo entrelaçamento de vários fios, o que acabou por lhe dar uma feição marcadamente híbrida, constituída a partir de quatro pilares, em maior ou menor medida, presentes na *‘invenção da professora’* de educação infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

A despeito das recomendações nacionais sobre a ampla participação de voluntários, familiares e, em especial, de mães para o atendimento das crianças na pré-escola, encontramos nos documentos do MEC e da CFE um discurso que identificamos como o de um perfil idealizado da professora de pré-escola.

O documento *Educação Pré-Escolar – uma nova perspectiva Nacional* anuncia a decisão do MEC de “lançar um Programa Nacional de Educação Pré-Escolar” (BRASIL, 1975b, p. 5), implicando a participação da comunidade e da família, cujas funções dependeriam da formação, podendo ser desenvolvidas em serviços técnicos, administrativos, auxiliares, “ou, mesmo, diretamente ligadas ao trato com as crianças” (BRASIL, 1975b, p. 17). Observa-se, nesse documento, uma oscilação entre o ideal (ter professoras) e o real (não se ter condições para contratação), por uma dupla escassez

¹³ Também utilizamos a obra *Educação Infantil em Florianópolis – Retratos Históricos da Rede Municipal (1976 – 1996)*, de Luciana Esmeralda Ostetto (2000), como fonte documental, por reunir importantes dados históricos. Sua pesquisa lançou luz sobre os fios que teceram esta história; dentre eles, os que falam da implicação do Colégio Coração de Jesus e da utilização da obra *Vida e Educação no Jardim de Infância*, de Heloísa Marinho (1967), como referencial teórico da época.

¹⁴ Esta pesquisa teve autorização do Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da Universidade do Estado de Santa Catarina (CEPSH/Udesc), credenciado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), segundo regulamentação norteadora da ética em pesquisas com envolvimento de seres humanos no Brasil, tendo sido autorizada a identificação dos entrevistados.

- de verbas e de profissionais habilitados, conforme se deduz de documento da época: “Os recursos humanos da comunidade são essenciais, sob os aspectos educacional e financeiro” (BRASIL, 1975b, p. 27). Após dedicar boa parte do texto à figura do voluntário e ao seu treinamento, o documento indica algumas qualidades pessoais como requisitos mínimos para os candidatos que se propusessem “a lidar com pré-escolares”: *qualidades intelectuais*, como iniciativa, concentração, compreensão; qualidades físicas, como resistência à fadiga física e mental, acuidade visual; qualidades emocionais, como equilíbrio emocional-afetivo, autocontrole, capacidade de autoavaliação, aceitação de críticas, respeito à individualidade infantil (BRASIL, 1975b, p. 19).

Noutro documento, que reúne uma coletânea de textos legais referentes ao período de 1960 a 1970 – *Legislação e Normas da Educação Pré-Escolar* –, o Parecer nº 1.600/75,¹⁵ que trata da habilitação em 2º grau para o magistério do pré-escolar¹⁶ sobre os “requisitos” dessa professora, adverte que, além da formação e da atualização constante, deveria “ter reservas físicas e equilíbrio emocional que lhe possibilitem enfrentar um trabalho que, para ser bem realizado, é difícil” (BRASIL, 1979, p. 44, grifo nosso). Também ressalta que a professora deveria conhecer as necessidades da criança pré-escolar, pois seu trabalho “assume um caráter preventivo, de detecção, de encaminhamento, de correção” (BRASIL, 1979, p. 45).

Como ressalta Germano (2008, p. 321), no contexto de um regime ditatorial e militar, o discurso se transforma em propaganda; no imaginário social, “aparece, desde a primeira hora, como salvacionista”. Sob esse entendimento, não é por acaso que identificamos nos vários documentos publicados pelo MEC e CFE, no período estudado, um discurso da educação pré-escolar com esse forte apelo, como o de atribuir à pré-escola a solução para os males educacionais de então no que dizia respeito à repetência e à evasão escolar nas primeiras séries.

O documento *Atendimento ao Pré-Escolar*, apresentado em dois volumes, é um material, em comparação aos demais documentos publicados pelo MEC, bem mais completo.¹⁷ Evidencia a necessidade da melhoria de qualidade no atendimento no pré-

¹⁵ Este parecer foi publicado quase que simultaneamente ao momento em que o MEC/DEF realizou os seminários (abril e maio de 1975) nos quais definiu os princípios que regeram o *Programa Nacional de Educação Pré-Escolar*. Vale lembrar que o CFE já havia emitido a Indicação nº 45/74 e o Parecer nº 2.018/74, que anunciavam uma política de educação pré-escolar compensatória.

¹⁶ Na formação das professoras, mantinha-se o previsto no Parecer nº 349/72, em consonância com a LDB 5692/71, ou seja, duas possibilidades: a formação no 2º grau ou em nível superior. No primeiro caso, duas hipóteses: 1 – em curso de formação de magistério com a duração de 4 anos – o último diversificado para formar o professor pré-escolar; 2 – em estudos adicionais.

¹⁷ Utilizamos o primeiro volume do *Atendimento ao Pré-Escolar*, de 1982, não sendo possível afirmar que a edição de 1977 tenha o mesmo teor desta.

escolar pela formação dos educadores, embora pareça conferir igual peso ao conhecimento e ao amor no exercício da docência: “Tarefa *difícil* essa de preparar os recursos humanos para a educação pré-escolar. Porque não basta a informação, nem basta o conhecimento. [...] Na educação pré-escolar, a sabedoria e o amor devem estar presentes” (BRASIL, 1982, p. 15, grifo nosso). Observamos, no *Atendimento ao Pré-Escolar*, que a tarefa *difícil* está relacionada à preparação dos recursos humanos.

A associação discursiva entre conhecimento e amor foi encontrada na maioria dos textos analisados nesta pesquisa. Outra questão que circula nos documentos publicados pelo MEC diz respeito a se conhecer a situação real das crianças com respeito às condições de vida das classes populares, à carência econômica e cultural para uma melhor intervenção com vistas a compensar, “suprir as deficiências do meio e oferecer às crianças bons estímulos que façam o papel dos que foram fracos ou insuficientes ou dos estímulos que deveriam ter existido e não existiram” (BRASIL, 1982, p. 15-16).

O *Atendimento ao Pré-Escolar*, ao sugerir o programa de treinamento, apresenta uma ficha de autoavaliação, indicando o que requerer do trabalho da professora de crianças de pré-escola: *conhecimentos* (desenvolvimento infantil, saúde, nutrição, metodologias, e atividades); *habilidades* (atividades rítmicas, musicais, jogos, brincadeiras, estórias); *desenvolver nas crianças* (autonomia, capacidade de expressão, livre escolha, responsabilidade, entusiasmo e interesse pela aprendizagem); *qualidades* ou *capacidades* (expressão, planejamento, organização, bom humor, maturidade, bom senso, autocrítica, aparência pessoal); disposição para *autoformação*; *características pessoais*, para promover um bom relacionamento com a criança: flexibilidade, senso de humor, juventude, curiosidade, capacidade de amar (BRASIL, 1982). O documento, além disso e de forma inusitada, apresenta características pessoais da professora supostamente apreciadas pela criança, como: ter voz agradável; saber rir; ser bonita (como sinônimo de bondade e alegria) e ser sincera.

COLÉGIO CORAÇÃO DE JESUS E INDICATIVOS A PARTIR DO CURSO TÉCNICO DE MATERNO-INFANTIL

No início do ano de 1976, em 22 de fevereiro, o jornal florianopolitano *O Estado* (1976, p. 16) anunciava a intenção da prefeitura em implantar um projeto-piloto de “Educação Integrada” para atendimento pré-escolar no bairro Coloninha e, em 24 de setembro, noticiava que a experiência da implantação do Núcleo de Educação Infantil Coloninha – “o único estabelecimento de ensino pré-primário” da prefeitura - alcançara

“êxito” e que as quatro professoras contratadas eram “professoras formadas no curso técnico de 2º grau” do Colégio Coração de Jesus” (O ESTADO, 1976, p. 16). Tratava-se do Curso Técnico Materno-Infantil que as habilitava para a pré-escola.

Antes, porém, fora contratada aquela que seria a coordenadora responsável pela implantação desse projeto, Sônia Maria Dutra Luciano. O secretário da Sesas, professor João Aderson Flores, a convidara para coordenar o setor pré-escolar daquela secretaria e lembrava, em entrevista a esta pesquisa, que, apesar do parentesco entre ambos, o convite se devia à experiência da professora no Colégio Coração de Jesus e ao prestígio da própria instituição. Do Colégio Coração de Jesus também Telma Guilhermina Hoeschel, foi “mentora pedagógica” do *Projeto Núcleos de Educação Infantil*, conforme definição do secretário Aderson Flores.¹⁸ Quando questionado sobre as contratações das professoras e sobre o perfil desejado pela RME, o ex-secretário afirmou que Sônia Luciano acreditava, e ele também, que não se podia “colocar professora de primeira à quarta série,¹⁹ porque essas pessoas não teriam a metodologia e, na época, o Colégio Coração de Jesus já tinha um segmento que formava para a pré-escola [...].²⁰

Ao que tudo indica, desde a conclusão da primeira turma do Curso Materno-Infantil do Colégio Coração de Jesus, já havia a intenção de destinar egressas não somente ao jardim de infância do próprio colégio ou de outras escolas particulares, mas também ao trabalho com crianças das classes populares.²¹ Com efeito, segundo Sônia Luciano, as alunas que ingressavam no citado curso, ao final eram consultadas e “preenchiam uma ficha que perguntava se queriam trabalhar com crianças carentes [...]. Então, por ali [...] eu selecionei as primeiras cinco professoras para o NEI Coloninha, sendo quatro para a sala de aula e uma responsável pela unidade”.²² A professora Marisa Machado, que assumiu a direção, explica: “Então, tinha a opção de quem quisesse trabalhar com crianças carentes ou nas escolas particulares. Aí eu e um

¹⁸ Telma Hoeschel foi responsável pela organização do Curso Técnico Materno Infantil do Colégio Coração de Jesus.

¹⁹ Segundo Sônia Luciano, com a expansão da educação infantil da RME e as dificuldades de contratação de professoras com formação específica, também foram sendo contratadas professoras com formação no curso de magistério, dando-se preferência às que atuavam com as crianças de primeira série, ou seja, com idade mais próxima às da pré-escola e, ainda, sob a condição de que fossem se especializar. As professoras formadas somente no magistério eram preteridas na seleção de contratação.

²⁰ Entrevista concedida em 6 de novembro de 2012.

²¹ Um ano antes da implantação do *Programa Educação Pré-Escolar no Município de Florianópolis*, em 1975a Congregação das Irmãs da Divina Providência, mantenedora do Colégio Coração de Jesus, havia lançado, sob a direção da irmã Flavia Bruxel, um projeto por iniciativa de algumas freiras desse colégio, para atendimento de crianças de classes populares em Florianópolis – *Projeto Caeira* (BIANCHEZZI, 2011).

²² Entrevista concedida em 19 de dezembro de 2012.

grupo que fizemos opção para escolas carentes. [...] Saímos do Coração de Jesus direto para o NEI Coloninha”²³.

Tais narrativas foram possibilitando aproximações com o perfil desejado para as primeiras professoras da educação infantil da RME. Com efeito, as primeiras a serem contratadas eram as formadas em nível de 2º grau, com habilitação para a pré-escola. Estas, além disso, haviam optado pelo trabalho com crianças das classes populares. Em posse da grade curricular do Curso Técnico Materno-Infantil, constatamos que as disciplinas ministradas eram: *didática e prática de ensino; nutrição e saúde; psicologia das relações humanas; estrutura e funcionamento escolar; recreação; literatura infantil; artes infantis; redação e expressão em língua portuguesa; estudos regionais; sociologia; filosofia; ciências físicas biológicas*. Assim como aulas práticas de *música, teatro, contação de história e canto*.

Observamos que circulavam, na década de 1970, ideias em torno dos conhecimentos valorizados para a pré-escola, dentre os quais esses elencados. Ademais, várias instâncias operavam de forma particular, mas sob uma percepção coletiva em relação aos conhecimentos propostos para o perfil da professora de pré-escola, de modo que se pode considerar que predominava uma dimensão textual em prol de novas hegemonias na esfera do discurso. Neste sentido, já escrevia Fairclough (2001, p. 128): “À medida que uma tendência particular de mudança discursiva se estabelece e se torna solidificada em uma nova concepção emergente, o que é percebido pelos intérpretes, [...] perde o efeito de ‘colcha de retalhos’, passando a ser considerado ‘inteiro’”.

PERFIL DA PROFESSORA DE JARDIM DE INFÂNCIA A PARTIR DO PENSAMENTO DE HELOÍSA MARINHO

A professora Heloísa Marinho nasceu em 1903, em São Paulo, e faleceu em 1994, no Rio de Janeiro. Formou-se, em 1923, como professora primária no Rio de Janeiro e, em 1928, concluiu o bacharelado em Psicologia e a especialização em Filosofia pela Universidade de Chicago (EUA), instituição fortemente marcada pelos ideais da Escola Nova. De volta ao Brasil, iniciou sua carreira, em 1934, lecionando no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (IERJ), juntamente com o professor Lourenço Filho, um dos expoentes do movimento escolanovista brasileiro. Por sua atuação na pré-escola, fortemente marcada pela formação de professoras, pela pesquisa e publicação de livros

²³ Entrevista concedida em 13 de novembro de 2012.

e artigos, Heloísa Marinho foi considerada “a educadora de quase todas as educadoras dos Jardins de Infância na cidade do Rio de Janeiro, no período que vai de 1934 até 1978” (LEITE FILHO, 1998, p. 5).

Em entrevista publicada no livro de Ostetto (2000), Sônia Luciano faz referência a obra *Vida e Educação no Jardim de Infância*, de Heloísa Marinho, como uma espécie de “Bíblia”, na época da criação da educação infantil na RME. Esse livro, segundo Leite Filho (1997, p. 108), é a obra da autora que “melhor explicita o seu pensamento pedagógico como um todo, tendo sido utilizada, inclusive, como guia de trabalho por muitas professoras da pré-escola do Rio de Janeiro”. Contudo, atestamos que suas ideias circularam e chegaram a Florianópolis, em especial ao Colégio Coração de Jesus, também por meio dos cursos da Omep.²⁴ Sobre esses cursos e esse livro, Sônia Luciano enfatizara: “O que eu conhecia do pedagógico era a teoria da OMEP, baseada na Heloísa Marinho. [...] e ali naquele livro estavam todo o embasamento pedagógico, todas as atividades, a organização de uma sala de aula; era um livro que era o nosso guia” (WALTRICK, 2008, p. 76).

Telma Hoeschl declarou ter utilizado essa obra, tanto como professora e coordenadora do Curso Técnico Materno-Infantil, quanto na elaboração do *Projeto Núcleos de Educação Infantil*, donde optou por legitimar na proposta de Florianópolis o programa curricular presente na obra *Vida e Educação no Jardim de Infância*, de Heloísa Marinho:

A programação basear-se-á em **vivências e não em aulas a serem ministradas e repetidas**. Em situações análogas às **de ambiente familiar**, o “currículo” abrangerá: 1. **saúde**, com ênfase em Nutrição; 2. **a vida social**; 3. **o prazer da música**; 4. **o trabalho das artes plásticas**; 5. **convívio da natureza e o mundo variado das coisas**; 6. **a fantasia no reino encantado das estórias**; 7. **a formação de hábitos indispensáveis à vida**. Evitar-se-á o dirigismo e o aceleração do processo evolutivo. Assim sendo, não haverá treinamento nem aprendizagem dirigida pelo adulto. Cada criança “crescerá” de acordo com seu ritmo e suas potencialidades (SESAS, 1976, p. 5-6, grifos nossos).

Os grifos, propositalmente assinalados, indicam que na escrita desse texto foram utilizadas as mesmas palavras encontradas na programação curricular de Heloísa Marinho. Neste sentido, no item 1, no qual o original se restringia à questão *saúde*, foi acrescentada a “ênfase em nutrição”, ao certo pelo caráter integral da pré-escola da década de 1970, que previa a associação entre educação, saúde e nutrição, dado pelo

²⁴ Ressaltamos a relação estreita da professora Heloísa com a Omep, “quer na vida associativa, em cursos e encontros nacionais, quer em congressos internacionais” (LEITE FILHO, 2011, p. 96), o que foi possível comprovar através da consulta que fizemos aos boletins oficiais da Omep Brasil de 1975, 1976 e 1977, junto à Omep Santa Catarina.

atendimento de crianças de classes populares, que era o caso da proposta de Florianópolis.

Na obra *Vida e Educação no Jardim de Infância*, Heloísa Marinho consubstanciou seu pensamento pedagógico e suas ideias para o que deveria ser uma “boa educação da criança”, um “bom jardim de infância” e uma “boa professora”. A educação deveria ser desenvolvida pela experiência, com respeito à maturidade de cada criança, às diferenças individuais e às suas potencialidades criadoras. Enfatizava que “a educação da professora de jardim não termina nunca. Ela ama as crianças. [...] Na sua biblioteca figuram, ao lado da psicologia infantil, livros de higiene, literatura, ciências e artes” (MARINHO, 1967, p. 69). Ao tempo em que evocava o “amor” e o “carinho de mãe” no exercício da docência, enfatizava a leitura e o aperfeiçoamento constantes – o que também sinalizava o caráter profissional e de valorização da professora de pré-escola: “a boa professora é imprescindível à educação pré-escolar. [...], deverão ser escolhidas professoras especializadas, de preferência jovens, que tenham vocação para lidar com crianças pequenas” (MARINHO, 1967, p. 27).

Há duas outras grandes defesas em Heloísa Marinho: a da pré-escola como espaço educativo e a da formação da professora em curso específico e de nível superior, o que aponta para o que identificamos como um perfil mais intelectualizado de professora. Tal particularidade, não identificada nos documentos nacionais analisados, pode ser atribuída à sua concepção de formação que “exigia, sobretudo, uma sólida fundamentação científica, estudos e pesquisas experimentais sobre o desenvolvimento infantil e a observação da criança” (KUHLMANN JÚNIOR, 2000, p. 486). Também Heloísa Marinho manifestava sua preocupação, na formação, com a atuação das professoras em outras realidades sociais, com crianças de classes populares.

Escolanovista convicta, defendeu que a professora não deveria dar aulas, mas orientar, mediar a aprendizagem pela experiência e vivência, ressaltando a importância da sensibilidade, do afeto e da atitude *maternal* da professora ao lidar com as crianças no jardim de infância.

CURSOS PROMOVIDOS PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR (OMEPE)

À medida que a pesquisa foi avançando, encontramos outro importante fio na tessitura do perfil da professora de educação infantil da RME: a Omep, que, no Brasil,

iniciou seus trabalhos em 1953²⁵, conduzidos por voluntários. Sua fundação, em nível internacional, remonta ao ano de 1948, com a adesão de vários países europeus. No Brasil, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, líderes intelectuais do Movimento da Escola Nova, participaram ativamente da Omep, sendo, este último, considerado “grande Conselheiro e Presidente de honra” (FERREIRA & PERIM, 2003, p. 33). A Omep sediou o Núcleo Regional do Estado de Santa Catarina em Florianópolis, em 1969, com a realização da *VI Semana de Estudos*, sob a direção da irmã Doroty Antonieta de Souza, “cabendo-lhe a tarefa de montar uma equipe para fazer um estudo sobre o número de crianças repetentes na escola: se haviam ou não frequentado jardins de infância, e se haviam sido atendidas por professores especializados, ou não”, o que ratifica a mesma retórica discursiva encontrada nos documentos do MEC e do CFE, na década de 1970.

Dentre as seis primeiras presidentes e vice-presidentes, cinco eram do Colégio Coração de Jesus.²⁶ Ademais, de acordo com Sônia Luciano, as Irmãs da Divina Providência que trabalhavam na educação pré-escolar haviam frequentado os cursos da Omep no Rio de Janeiro. Assim, foi possível constatar que, tal como acontecera com a forte relação entre Heloisa Marinho e a Omep, aqui em Santa Catarina essa estreita relação se deu com o Colégio Coração de Jesus e, em decorrência, com a educação infantil da prefeitura de Florianópolis em seus primeiros anos.

Sônia Luciano também destaca a centralidade da Omep na época da criação da educação infantil na RME, comentando que, por muito tempo, os cursos promovidos pela instituição contaram com a frequência de professoras que, depois, já filiadas, participaram por iniciativa própria: “Na época não se tinha nada, não existiam outros cursos. A referência era a Omep. [...] Mais tarde começamos a preparar os nossos cursos contratando professores de fora da instituição e até de outros Estados”.²⁷

Marisa Machado, primeira diretora da educação infantil da RME, relembra os cursos da Omep: “Eram cursos muito bons. [...] Era música, teatro, era história contada, essa parte a gente tinha bastante.”²⁸ Do mesmo modo, Eliane Maria Richter dos Santos, uma das primeiras professoras contratadas, lembra o curso na área das

²⁵ No documento *Diagnóstico preliminar da educação pré-escolar no Brasil* (BRASIL, 1975a, p. 58-59), a Omep foi referenciada na promoção de cursos de treinamento de pessoal, assistência e orientação técnica “a trabalhos de educação pré-escolar”, além de administrar, no Rio de Janeiro, os “Centros de Atendimento a Pré-Escolar (Capes) em zonas de grande carência econômico-social”.

²⁶ Até o ano de 1985, estiveram à frente da Omep/SC a irmã Gilda Moser, as professoras Rosina Fontes de Mello, Sônia Maria Dutra Luciano, Jessy Cherem e Telma Hoeschl de Souza (FERREIRA E PERIM, 2003).

²⁷ Entrevista concedida em 19 de dezembro de 2011.

²⁸ Entrevista concedida em 13 de novembro de 2012.

artes plásticas dado por “Jessy (Cherem), que era da Omep”²⁹. Rosetenair Feijó Sharff, contratada em 1981, já no período de expansão da educação Infantil da RME, também faz referência à Omep, em especial aos cursos “práticos”, também ministrados pela professora Jessy Cherem³⁰: “Como fazer máscaras para contar histórias, a questão cênica, a dramatização, [...] como trabalhar com a argila, como fazer objetos sonoros, os cursos eram na área de artes [...] para trabalhar isso com as crianças”.³¹

De posse de alguns certificados de cursos apresentados pelas entrevistadas, foi possível cruzar dados com as narrativas e constatar que, desde a implantação do *Programa Educação Pré-Escolar no Município de Florianópolis*, já se ofereciam cursos às professoras através da Omep. Selecionados os certificados até 1980.³² Foram obtidos os seguintes dados: 1) os cursos tinham duração de cinco a dez dias, com variação de 12, 15 e 20 horas de formação; 2) as temáticas se distribuíam em torno de artes plásticas, teatro, recreação, música, expressão e dança; 3) os cursos eram promovidos principalmente pela Omep em parceria com a Associação Catarinense de Educação Pré-Escolar (Acep) ou com o Centro do Bem-Estar do Menor (Cebem). Vale destacar que, a partir de 1981, a prefeitura municipal de Florianópolis também passou a oferecer cursos às suas professoras, com temáticas que variavam em torno de música, artes plásticas, psicologia evolutiva, desenvolvimento infantil, religião, recreação e jogos, história, teatro ou dramatização, relações humanas e didática³³.

Pelo exposto, os cursos oferecidos, em certa medida, iam ao encontro dos conhecimentos requeridos tanto nas recomendações nacionais, quanto nas indicações de Heloísa Marinho e, ainda, no currículo do Curso Técnico de Materno-Infantil do Colégio Coração de Jesus. Vale destacar que a tônica da formação continuada na prefeitura de Florianópolis, na década de 1970, estava mais voltada à preparação das professoras para o desenvolvimento de atividades práticas com as crianças na área das artes do que com a fundamentação teórica em outras áreas, como as da Psicologia e Desenvolvimento Infantil, por exemplo, conhecimentos também requeridos na época.

²⁹ Entrevista concedida em 14 de abril de 2012.

³⁰ A professora Jessy Cherem era licenciada em Educação Artística pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), tendo-se especializado, posteriormente, em Educação Infantil. Aposentada, atuou nas cidades de Florianópolis, Criciúma e Rio de Janeiro. Em Florianópolis, foi professora do Colégio Coração de Jesus e da Faculdade de Educação da Udesc. Dirigiu várias instituições de educação infantil em Florianópolis, Criciúma e Curitiba. Presidiu a Omep-Brasil por oito anos; foi diretora do Museu Histórico de Santa Catarina, em Florianópolis, e secretária de Educação no município de Criciúma (COELHO, 1998).

³¹ Entrevista concedida em 9 de março de 2012.

³² Nesse período, foram encontrados, junto às entrevistadas, dez certificados: dois de 1976, um de 1977, quatro de 1978 e três de 1979. As temáticas dos cursos foram identificadas pelo próprio nome, pois, nos certificados não consta a programação. O número de certificados apresentados não necessariamente representa o número de cursos oferecidos, pois as entrevistadas não souberam precisar tal questão.

³³ Nesses certificados, constam informações sobre a programação e os ministrantes dos cursos.

Percebeu-se haver uma circulação de ideias sobre esses conhecimentos, então validados para a pré-escola. Neste sentido, a Omep, *a priori*, teria sido a grande difusora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos dizer que no *Projeto Núcleos de Educação Infantil* as palavras *amor* e *vocação*, enfatizadas no discurso sobre a professora na década de 1970 no Brasil, não aparecem textualmente. Não obstante, a questão da vocação está implícita nas narrativas, como quando as professoras se referem aos primeiros anos da educação infantil da RME de Florianópolis como época em que as professoras tinham “muita vontade” e “garra” para trabalhar. Embora a palavra “vocação” não tenha aparecido, outra expressão evidencia sua presença: o “amor à profissão”, em especial como algo que foi se perdendo ao longo dos anos, quase como um atributo em extinção no perfil, como declarou a professora Eliane Maria Richter dos Santos:³⁴ “Mas naquela época as professoras eram assim, [...] gostar era pouco, era paixão, era amor, era dedicação, agora hoje... [...], não tem mais aquele amor.”

Além de vocação e amor à profissão, a professora Marisa Machado³⁵ afirma que “tinha que ser dinâmica, disposta, alegre. [...] ter uma vontade muito grande de conhecer, de aprender, de inovar, de renovar e de estar sempre disposta a criar com as crianças [...] a professora não poderia ficar na mesmice.” E continua: “Olha, em primeiro lugar, eu considero que essa professora de educação infantil tinha que querer ser professora de crianças pequenas. [...] tinha que gostar muito de estar numa sala de aula, gostar das crianças”. Já Eliane Maria Richter dos Santos ressalta: “Para ser uma boa professora mesmo tinha que ter dedicação, responsabilidade. Era amor mesmo, era gostar das crianças, era compromisso. [...], ter paciência, fazer as atividades”.³⁶

Todas as características apontadas – criatividade, dinamismo, iniciativa, alegria, disposição, dedicação, responsabilidade, compromisso, paciência e amor - foram identificadas tanto nos documentos nacionais, quanto no pensamento de Heloísa Marinho, ou seja, foram agregadas à educação infantil da RME de Florianópolis em seu afã de ‘inventar’ a própria professora.

³⁴ Entrevista concedida em 14 de abril de 2012.

³⁵ Entrevista concedida em 13 de novembro de 2011.

³⁶ Entrevista concedida em 14 de abril de 2012.

Diante das várias apropriações que deram “corpo e forma” ao perfil da professora da educação infantil da RME, entendemos que a prática discursiva e a circulação de ideias presentes na década de 1970 sobre a pré-escola e a professora para ela idealizada contribuíram sobremaneira para a *‘invenção da professora’* de educação infantil na RME de Florianópolis. Contudo, de modo *sui generis*, identificamos, na contratação das primeiras professoras, um perfil híbrido, tecido a partir dos quatro pilares identificados nesta pesquisa.

Em síntese, podemos afirmar que a professora de educação infantil, no período estudado, deveria ser mulher, jovem, com fôlego e energia para atuar nessa área. Ser vocacionada para o trabalho com crianças pequenas, característica resumida no chamado “amor incondicional às crianças e à profissão”. Com formação especializada, supõe uma mescla de atitude “maternal” e “profissional” e ter formação em nível de 2º grau, preferencialmente com habilitação em pré-escola. Era preciso buscar constante atualização, sobretudo no que dizia respeito a artes plásticas, música, dança, teatro/dramatização, contação de histórias e recreação, dentre outras disciplinas e/ou habilidades para o exercício da função de professora. Evidencia-se, outra faceta de seu perfil: a disposição para aprender, de ter garra, dedicação e vontade de ser professora de crianças pequenas. Atributos como disposição, paciência, alegria, iniciativa, criatividade, dinamismo, assiduidade e organização também eram considerados indispensáveis ao trabalho, além, evidentemente, do domínio dos conhecimentos técnicos necessários ao planejamento das atividades e conhecimentos específicos para fundamentar sua ação pedagógica, principalmente os relativos à psicologia e ao desenvolvimento infantil. Além destes, os conhecimentos básicos acerca da didática e os relativos aos eixos eleitos para nortear o trabalho com as crianças: vida social, saúde, nutrição e higiene, formação de hábitos e a natureza. Também cabia à professora conhecer a realidade das crianças “carentes”. Não se pretendia uma professora alfabetizadora, mas com capacidade de desenvolver atividades que levassem as crianças a reconhecer as letras sem lhes forçar a aprendizagem, respeitando seu ritmo de aprendizagem e as fases de seu desenvolvimento.

Concluimos que o contraponto estabelecido pelas teorizações de Heloísa Marinho em relação à preparação da criança para o ingresso nas primeiras séries – um dos motes do programa nacional incorporado ao programa de Florianópolis –, foi apropriado pelo *Projeto Núcleos de Educação Infantil* e pela coordenação do Setor Pré-Escolar de modo inventivo, posto que a orientação não era alfabetizar as crianças, nem forçar o seu aprendizado. Atribuíram-se ao texto do projeto – no tocante ao caráter preparatório

– outras significações, que, de certo modo, se alinhavam ao pensamento dessa educadora, que acreditava não ser função da pré-escola acelerar o ritmo de aprendizagem da criança, respeitando assim sua evolução natural.

A importância da formação especializada da professora perdurou como condição *sine qua non* na história da educação infantil da RME, tanto que a partir da segunda metade da década de 1980 já se requeriam, em concurso público, graduação em Pedagogia na área específica da pré-escola. Também se identificam permanências ou continuidades dos conhecimentos requeridos de professoras nos primeiros anos da educação infantil municipal em torno dos eixos de trabalho previstos no próprio *Projeto Núcleos de Educação Infantil*, tais como a vida social, a natureza, o mundo variado das coisas, a música, as artes plásticas, a história e a recreação (brincadeira), pois, a despeito das modificações encontradas nos vários documentos curriculares produzidos na trajetória da educação infantil da RME de Florianópolis, consideramos que esses eixos foram, de certo modo, mantidos, confirmando o entendimento de que tanto o perfil desejado, quanto os conhecimentos requeridos do/a professor/a se alinham a uma construção histórica.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar:** textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BIANCHEZZI, Clarice. A prática (religiosa) educacional no Centro de Desenvolvimento Infantil no Caeira do Saco dos Limões – Florianópolis/SC: educação infantil e da comunidade do Entorno. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR) v. III, n. 9, jan. 2011. ISSN 1983-2859. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>. Acesso em: 15 jun. 2011.

BRANT, Patrícia Regina Silveira de Sá. **Do perfil desejado – a invenção da professora de educação infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (1976- 1980)**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis.

BRASIL Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus. **Legislação e Normas da Educação Pré-Escolar**. Brasília: 1979.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Ensino Fundamental. Coordenadoria de Educação Pré-Escolar. **Atendimento ao Pré-Escolar**. v. 1. Brasília, 1977.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Ensino Fundamental. Coordenadoria de Educação Pré-Escolar. **Educação Pré-Escolar** – uma nova perspectiva Nacional. Brasília, 1975b.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Ensino Fundamental. Coordenadoria de Educação Pré-Escolar. **Diagnóstico preliminar da educação pré-escolar no Brasil**. Brasília, 1975a.

CAMPOS, Maria Machado Malta. Pré-escola: entre a educação e o assistencialismo. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 53, mai. 1985. p. 21-24.

COELHO, M. G. **100 anos do Colégio Coração de Jesus**. Florianópolis: Ed. de Brasília, 1998.

DUSSEL, Inês & CARUSO, Marcelo. **A invenção da Sala de Aula: Uma Genealogia das Formas de Ensinar**. São Paulo: Moderna, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERREIRA Maria Olympica Silveira & PERIM, Maria da Luz Fernandes (Orgs.). **A História da OMEP no Brasil (1953 -2003): Educação Infantil**. Rio de Janeiro: Ravil Editora, 2003.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social. **Programa Educação Pré-Escolar no município de Florianópolis: Projeto Núcleos de Educação Infantil**. 1976.

GERMANO, José Willington. O discurso político sobre a educação no Brasil autoritário. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, set./dez. 2008. p. 313-332 (mimeo).

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Educação Infantil: Aspectos da Legislação – Do Departamento da Criança ao Projeto Jorge Hage. **Pro-Posições**, São Paulo, v. 3, n. 2 (8), jul. 1992. p. 66-79 (mimeo).

LEITE FILHO, Aristeo Gonçalves. **História da Educação Infantil – Heloísa Marinho: uma tradição esquecida**. Petrópolis: De Petrus, 2011.

LEITE FILHO, Aristeo Gonçalves. **Heloísa Marinho: Educadora de educadoras na educação infantil do Rio de Janeiro: 1998**. Disponível em <<http://168.96.200.17/ar/libros/anped/0209P.PDF>>. Acesso em: 17 jul. 2011.

LEITE FILHO, Aristeo Gonçalves. **Educadora de Educadoras: Trajetória e ideias de Heloísa Marinho. Uma História do Jardim de Infância no Rio de Janeiro**. 1997. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e magistério: identidade, história, representação. In: **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação**. CATANI, Denice Bárbara (et al.) (Orgs.). São Paulo: Escrituras Editora, 2000.

KRAMER, S. **A Política do Pré-Escolar no Brasil: A Arte do Disfarce**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001.

KUHLMANN JR. Moisés. Educando a infância brasileira. In: LOPES, Elaine Marta Teixeira; FARIA FILHO Luciano Mendes; VEIGA, Chyntia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MARINHO, Heloísa. **Vida e educação no jardim de infância**. Rio de Janeiro: Conquista, 1967.

O ESTADO, Jornal de Florianópolis. **Mais dois bairros ganham em 77 núcleos de educação infantil**. Florianópolis, 24 set. 1976.

O ESTADO, Jornal de Florianópolis. **Educação para os pré-escolares**. Florianópolis, de 22 fev. de 1976.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Educação Infantil em Florianópolis: Retratos Históricos da Rede Municipal (1976-1996)**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Projeto história. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e de Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo: EDEC, v. 14, fev. 1997. p. 25-40.

ROSEMBERG, Fúlvia. Organizações multilaterais, Estado e Políticas de Educação Infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, mar. 2002. p. 25-63.

ROSEMBERG, Fúlvia. A Educação Pré-Escolar Brasileira durante os Governos Militares. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 82, 1992. p. 21-30.

ROSEMBERG, Fúlvia. (Org.). **Creche**. São Paulo: Cortez, 1989.

SILVA, Tomaz Tadeu. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

WALTRICK, Rose Elaine de Liz. **O coordenador pedagógico na educação infantil da rede municipal de educação de Florianópolis: marcas de uma experiência democrática**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

PERFIL DESEJADO - A INVENÇÃO DA PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS (1976-1980)

Desired profile - The Invention of the Childhood Education Teacher of the Municipal Network of Education of Florianópolis (1976-1980)

Patrícia Regina Silveira de Sá

Doutora em Educação

Rede Municipal de Ensino de Florianópolis

Florianópolis, Brasil

patricia.sabrant@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-1465-4198>

Endereço de correspondência do principal autor

Rua Dr. Heitor Blum, 214 Apto 706. Estreito. Florianópolis SC.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: P. R. S. Sá; G. M. G. Teive

Coleta de dados: P. R. S. Sá; G. M. G. Teive

Análise de dados: P. R. S. Sá; G. M. G. Teive

Discussão dos resultados: P. R. S. Sá; G. M. G. Teive

Revisão e aprovação: P. R. S. Sá; G. M. G. Teive

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Aprovado em Comitê de Ética (Número do Parecer: 167.837 - Certificado de Apresentação de Apreciação Ética: 02322712.0.0000.0118).

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão e Kátia Agostinho.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista

Recebido em: 17-09-2020 – Aprovado em: 23-10-2020